



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia quinze de março de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, André Luiz Vieira da Silva – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador André Luiz Vieira da Silva. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que as Atas das Reuniões Ordinárias dos dias primeiro de março de dois mil e dezesseis e oito de março de dois mil e dezesseis foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as duas Atas. Em seguida, o Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: “Comunicação Interna nº 013/2016. De: Gabinete vereador André Vieira. Para: Presidência. Data: 15/03/2016. Nova Lima, 15 de março de 2016. Venho através desta justificar a ausência do vereador André Luiz Vieira da Silva na reunião ordinária que será realizada hoje, dia 15 de março de 2016, às 18 horas, por motivo de saúde. Atenciosamente, André Vieira, vereador”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.570/2016, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dá denominação às futuras instalações da Unidade Básica de Saúde em construção na Rua Rio Grande do Sul, nº 805, no Bairro Nova Suíça” – Luiz Gonzaga. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 2) Projeto de Lei nº 1.572/2016, autoria do vereador



Alessandro Luiz Bonifácio, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências”. – Associação Esportiva Ferrulha”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente: “eu gostaria de pedir ao Plenário, gostaria de falar seis linhas o que representa o Villa Nova para a nossa cidade. A bandeira do glorioso está aqui, clube centenário, e é uma honra para mim ser um villa-novense e a maior honra é ter meu filho com o sobrenome Iguatemi Villa Nova. O Villa Nova é a alegria de Nova Lima, domingo eu pude constatar que nosso clube do coração é a única alegria de nossa cidade e realmente é. Ontem... No domingo, o campo não vou dizer lotado, mas com um público que, quando estive no interior, poucas vezes eu vi a alegria do villa-novense. E eu continuo dizendo que, na minha opinião, a maior alegria do povo de Nova Lima não é carnaval, não é festa de cavalo, o carnaval são três dias, festa do cavalo três dias e o Villa Nova são trezentos e sessenta e cinco dias. É uma honra muito grande ter o glorioso no meu sangue. O vereador Nélio não está presente, mas eu gostaria de dizer para toda Nova Lima que ser presidente do Villa Nova é uma das coisas mais difíceis que tem em Nova Lima, muito mais que prefeito, muito mais que Câmara Municipal, eu tenho certeza disso. Há quinze dias atrás, encontrei com o presidente aqui, no estacionamento ao lado, ele apavorado para arrumar quinze mil reais emprestados para o Villa Nova viajar. Então, é um sacrifício tremendo, só quem acompanha o nosso glorioso que sabe a luta. Quero parabenizar o Nélio, a sua diretoria e todos os torcedores villa-novenses. Domingo foi uma grande festa. O Villa, para quem não sabe, está numa posição ótima, há muito que eu não vejo o Villa tão bem colocado e com o time montado, eu pude presenciar domingo. Então, volto a frisar, é realmente a maior alegria de Nova Lima”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente:



“o vereador Nélio chegou. Estava fazendo uma homenagem aqui, uma pequena homenagem, presidente, para o nosso glorioso Villa Nova e estava parabenizando o senhor e disse, vereador, que administrar o Villa Nova não é fácil, ser presidente do Villa Nova não é fácil. Para quem acompanha de perto a história do glorioso, nós sabemos que não somente o senhor, ninguém consegue as coisas sozinho, é com a sua diretoria, com o apoio da torcida, e domingo eu pude presenciar isso. Não conseguimos a vitória, mas foi um ótimo resultado, o Villa se encontra bem na tabela, em terceiro lugar. Parabéns para o senhor. Quero dizer para os vereadores que nós estamos entregando na data de hoje o Balancete de janeiro de 2016, receita e despesa, como de costume. O vereador Nélio Aurélio solicitou a esta Presidência que lesse uma correspondência, eu já havia deixado para a próxima semana porque ele não estava presente. Pediria ao Senhor Secretário que lesse a correspondência solicitada pelo vereador Nélio Aurélio. Primeiro o senhor pediu a palavra, vereador?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “pedi. Boa noite nobres colegas, boa noite público presente. Senhor Presidente, essa semana eu vi uma matéria no jornal, onde uma entidade pede o afastamento do presidente do Villa, dizendo que ele votou seis milhões de reais, algo em torno disso, eu não tenho a matéria aqui em mãos, para ele mesmo gastar posteriormente. Eu queria dizer primeiro, bem feito ao presidente do Villa, que há uns vinte dias atrás eu pedi um processo contra essa entidade e ele os defendeu aqui nesta Casa, então bem feito para ele. Mas, ao mesmo tempo, dizer que isso é descabido demais, não é? Como que um presidente vota, sem nem saber que ele ia ser o presidente, um dinheiro para ele gastar. Segundo, todos nós sabemos que o dinheiro entra no Villa oito horas da manhã e não consegue nem tomar o café com dinheiro no bolso, certo? Ele entra, está cheio de cobrador esperando para receber. Quantas vezes



nós votamos dinheiro para o Villa Nova aqui e ele nem chegou no caixa, já tinha saído para os credores. Então, eu queria cobrar do Senhor mais uma vez as providências cabíveis e urgentes, não é? Porque esse tipo de coisa está indo longe demais, se essa Casa permitir que isso aconteça, e aí eles vão se fingir de vítimas lá nos jornais, dizendo que não querem que a gente fale deles. Queremos sim, fale as verdades, fale aquilo que eles possam sustentar, isso é dever de cidadania. Agora, caluniar, nós não queremos mesmo não, nem a mim e nem meus colegas. Esta Casa é um colegiado, rindo ou chorando, isso aqui é um colegiado e tem que ser respeitado. Isso é o cúmulo da falta de respeito. Então, eu fui cobrar de Vossa Excelência ontem de manhã e o Senhor me disse que o processo ainda não tinha saído da gaveta. Então, eu quero pedir ao Senhor, coloque esse jurídico para trabalhar, gente. Vamos para a rua, vamos fazer o trem que tem que fazer e é urgente porque, senão, esse povo vai pôr arreio na gente e montar de espora e nós não podemos aceitar isso. Com todo o respeito que eu tenho pelo Dr. Luciano, pela Dra. Delma, que eu não tenho discrepância nenhuma com eles, mas se está ruim, troca, mas que ponha esse jurídico para trabalhar porque está passando da hora, já tem mais de vinte dias que foi pedido aqui e o processo não saiu do lugar. Então, que o Senhor tome as providências, arregace a manga aí e tome as providências porque nós não podemos aceitar isso. Essa Casa é um colegiado, nós fomos para rua, disputamos a eleição, estamos aqui com o devido respeito do povo, respeitando o povo, porque as coisas que eles falam aqui são mentiras. Então, a gente respeita o povo, nós exigimos respeito, pelo menos de minha parte eu exijo respeito. Então, eu quero que o Senhor tome as providências. Segunda parte da minha fala, eu queria aproveitar para esclarecer aqui um disse-me-disse na cidade, muita gente me pergunta, muita gente se pergunta, muita gente aposta. Hoje um colega meu disse que acabou de ganhar duas



caixas de cerveja, bem feito, me deu um gole dela. O meu processo acaba de ser julgado hoje, na esfera estadual, por definitivo, aqui acabou o lengalenga, agora é Brasília, se Deus quiser. Eu fui mantido no cargo, foi derrubado hoje o embargo de declaração que pedia o meu afastamento de imediato. Isso é só para esclarecer. Graças a Deus, pelo menos alguém enxerga que eu tenho sido vítima da política porca. Então, eu estou aí na luta e ainda vou demorar muito para sair daqui, se Deus quiser, se sair. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer para o vereador Gilson que eu não disse que o projeto estava na gaveta, eu disse para o senhor que o Dr. Luciano...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “modo de dizer”. O Senhor Presidente: “que o Dr. Luciano está trabalhando no projeto. É um projeto muito grande. Como de praxe, nós aqui na Câmara estamos fazendo as coisas não é devagar, mas com segurança. Então, eu queria dizer isso aí e já que eu estou com a palavra, o Nélio não tinha chegado. Quero dizer, vereador Nélio, que hoje eu recebi um comunicado de terceiros, que dia dezessete do três, às nove horas, o projeto Bellagio vai apresentar o projeto do loteamento. A Câmara não foi comunicada até o presente momento. Eu acho uma falta de respeito porque num caso desses aí, a Câmara deveria ser a primeira a ver o projeto. Quero dizer que nós aprovamos o projeto para abertura de rua. Então, eu acho que o proprietário do terreno está exagerando, ele está acabando com a vegetação daquele local. Nós aprovamos o projeto para, vou repetir, para que fossem abertas as ruas. Tem uma foto aqui num jornal da cidade e nós, realmente, temos que tomar providências. E convido todos os vereadores, se puderem, comparecer dia dezessete, às nove horas, no Teatro Municipal”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “tem uma correspondência aí, da...”. O Senhor Presidente: “vai ser lida, vereador”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “da instituição Amavise para ser lida. Eu queria que se pudesse ler”. O Senhor Presidente:



“vai ler nesse momento”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “porque eu não estava na hora aqui. Obrigado”. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: “Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Lima, Senhor José Geraldo Guedes. Sérgio Americano Mendes, brasileiro, casado, engenheiro, C.I. nº 755.268, expedida pela SSP/MG, CPF/MF nº 277.672.216-87, Título de Eleitor nº 0282 4152 0256, e, José Henrique Righi Rodrigues, brasileiro, divorciado, C.I. nº M.2.694.323, expedida pela SSP/MG, CPF/MF nº 750.577.436-00, Título de eleitor nº 0508 6207 0230, professor, e, Paulo Antônio Melo Barbosa, brasileiro, casado, tradutor público, C.I. nº MG 751.384, expedira pela SSP/MG, CPF/MF nº 489.443.436-91, Título de Eleitor nº 0606 2893 0264, todos moradores do Bairro Vila da Serra, CEP 34.000.000, Nova Lima, Minas Gerais, cidadãos de Nova Lima, com fulcro nos incisos XIII, XXXIII, a) do XXXIV do artigo 5º c/c §3, II do art. 37, todos da Constituição da República Federativa do Brasil c/c incisos III e XXI do art. 32 c/c alínea a) do inciso II do art. 42 c/c inciso I do art. 43, todos da Resolução 09, de 30.12.90, a qual dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima – dirige-se respeitosamente à Vossa Excelência, com o objetivo de apresentar o Requerimento de nº 005, de 10.03.16, nos termos do exposto, abaixo articulado. 1. Considerando que o Poder Legislativo Municipal – Câmara de Vereadores – composta por seus 10 (dez) integrantes, deve prezar por sua independência, comprometimento com o bem estar social e imparcialidade quanto às questões inerentes às vaidades pessoais, observando-se o Princípio Republicano estampado na Constituição da República Federativa do Brasil; 2. Considerando que as subvenções sociais são aprovadas mediante lei em seu sentido formal, ou seja, o diploma normativo passa por um processo legislativo pleno, significando dizer que sua aprovação dar-se-á através de deliberação colegiada de seus



membros, podendo, ao final, ser sancionada ou não pelo Chefe do Poder Executivo;

3. Considerando que o Vereador Nélio Aurélio de Souza ocupa o cargo de Presidente do Villa Nova Atlético Clube, e, sendo assim sua participação no processo legislativo de aprovação dos recursos públicos destinados àquele clube não estampa a imparcialidade, moralidade e transparência necessárias, ultrapassando, inclusive, a legitimidade desejada pelos administrados e por toda a sociedade de Nova Lima, culminado na inobservância da legalidade, tendo sido já distribuídos, a título de subvenções sociais, nos anos de 2013 a 2015, somente ao Villa Nova Atlético Clube, R\$6.912.723,53 (seis milhões, novecentos e doze mil, setecentos e vinte e três reais e cinquenta e três centavos), sendo, portanto, totalmente inconcebível e vergonhosa a situação atual pela qual o Villa Nova Atlético Clube se encontra, montante, aproximadamente, correspondente a 08 (oito) vezes às subvenções entregues ao Sindicato dos Mineiros, 06 (seis) vezes às subvenções entregues à Associação Casa Rosal, quase 04 (quatro) vezes às subvenções entregues à Creche Comunitária São Judas Tadeu, ao Lar dos Idosos e ao Pro Reis, aproximadamente 03 (três) às subvenções entregues à Bolsa de Estudos da EFG Sebrae/Nova Lima e, por fim, quase 10 (dez) vezes às subvenções destinadas ao Núcleo de Atendimento aos Toxicômanos;

4. Considerando a necessidade de se preservar a idoneidade das votações, os critérios de distribuição de renda relativos às subvenções sociais e demais contribuições de forma transparente, bem como a independência do Poder Legislativo frente, não só ao Poder Executivo responsável pela fiscalização em face da prestação de contas dos recursos públicos intitulados por subvenções, mas também em relação à entidade beneficiada;

5. Considerando que compete privativamente à Mesa da Câmara de Vereadores dirigir os trabalhos legislativos e tomar as providências necessárias à sua regularidade, inciso I do art. 31 da



Resolução 09, de 30.12.90, a qual dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima; 6. Considerando que compete ao Presidente da Câmara de Vereadores interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno, mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimento de situações, incisos III e XXI do art. 32 da Resolução 09, de 30.12.90, a qual dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima; 7. Considerando que o exercício da atividade de vereança é incompatível, desde a posse, com a propriedade, a contração ou a direção de empresas que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal, ou nela exercer função permanente, alínea a) do inciso II do art. 42 da Resolução 09, de 30.12.90, a qual dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima; 8. Considerando que perderá o mandato o Vereador que infringir qualquer das proibições estabelecidas no art. 42, conforme preceitua o disposto no inciso I do art. 43 da Resolução 09, de 30.12.90, a qual dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima; Isto posto, pelos fundamentos de fato e de direito que lhes são próprios acima elencados, os cidadãos, devidamente qualificados, e, em nome de toda a coletividade de Nova Lima, fundado no respeito à dignidade da pessoa humana, da efetiva aplicação dos recursos públicos e da transparência da volição legiferante, Requerem: a) Seja dado o conhecimento público, na próxima sessão ordinária da Câmara de Vereadores de Nova Lima, a realizar-se no dia 15.03.16, dos termos desse documento à toda sociedade de nova lima em face da situação inusitada que ora se expõe; b) Seja dado conhecimento ao vereador Nélio Aurélio de Souza para querendo manifestar-se à sociedade de nova lima quantos aos fatos incontroversos; c) Seja colocada a matéria em votação na Casa do Povo para a deliberação quanto à necessidade de afastamento ou





não do vereador das funções de direção do clube tendo em vista as incompatibilidades e interesses negociais explicitados nos considerandos acima, e, se for, o caso, ao final, recomendado ao Vereador, sob pena de inobservância da deliberação colegiada e do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, que peça exoneração das funções da presidência/direção daquela entidade, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da deliberação, tendo em vista notória incompatibilidade de sua atividade como presidente do Villa Nova Atlético Clube e de vereança, haja vista a quebra do princípio republicano da isonomia, da imparcialidade, da desafetação política dos recursos públicos, tendo por fundamento de validade a busca pela idoneidade e pelos propósitos lícitos das votações no que toca à destinação legítima, equânime e humanista dos recursos públicos de natureza jurídica subvencionais à toda a coletividade. Nada mais para o momento, reiteramos protestos de estima e de consideração. Atenciosamente, Nova Lima, Minas Gerais, 10 de março de 2016. Cidadão Sérgio Americano Mendes, Título de eleitor – 0282 4152 0256; Cidadão José Henrique Righi Rodrigues, Título de eleitor – 0508 6207 0230; Cidadão Paulo Antônio Melo Barbosa, Título de eleitor – 0606 2893 0264”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu queria, se pudesse, Sua Excelência me permitisse só eu olhar a correspondência que acabou de ser lida pelo nosso Secretário. Obrigado. Por favor. De cara, é bom lembrar que a correspondência não tem nada da instituição escrita aqui, é escrita, endereçada por três pessoas, aqui não está o nome da Amavise, está aqui bem claro. Quem está mandando isto é o quarenta votos Mendes, que é o rapaz que teve quarenta votos lá, Henrique não sei quem e Paulo... São três cidadãos que mandaram, mas isso não importa, eu só estou deixando bem claro que não foi a instituição que mandou. Já é um bom tamanho lá para trás, que nós discutimos aqui para não processar



a instituição porque lá tem muita gente boa, decente, como tem pessoas dessa qualidade. Mas vamos para frente, vou ler um trechinho aqui, se o Senhor me permite”. O Senhor Presidente: “às vezes, o senhor não viu o jornal”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “no jornal eles puseram que a Amavise que mandou. Agora, o jornal vai ter que ser apurado se foi ela. Eu não posso dizer aqui que foi ou não foi, está até aqui na mesa”. O Senhor Presidente: “vou só ler para o senhor aqui”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “mas é engraçado, não é muito estranho que deveria o nome dela estar aqui nesta correspondência?”. O Senhor Presidente: “sim”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “é muito estranho, não é?”. O Senhor Presidente: “a Amavise pede o afastamento de Nélio Aurélio do Villa Nova”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu vi. Mas o jornalzinho lá em cima, eles...”. O Senhor Presidente: “então, na correspondência são três cidadãos, no jornal eles colocam que é a Amavise. O senhor gostaria de dar continuidade?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu vou... Como?”. O Senhor Presidente: “dar continuidade à fala do senhor? O senhor terminou?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu queria que o Senhor deixasse eu... Porque a carta foi lida e eu sei que nós temos uma pauta para cumprir, mas eu não vou demorar não por que...”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Nélio Aurélio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “e eu queria, se eu pudesse... Porque quando leu a carta desses dois cidadãos tinha silêncio, eu queria agora também que tivesse silêncio. Aqui tem uma correspondência de um advogado que eu pedi, apesar que eu já tenho pensamento conclusivo sobre isso, até porque eu já passei por esse belo clube que é de todos nós em Nova Lima, em 2005 e 2006: ‘Os vereadores dirigentes de sociedade civil sem fins lucrativos não se equiparam aos gestores de pessoas jurídicas de direito público que sofrem restrição e devem se descompatibilizar de cargos de diretoria. Não sei qual é o



caso do Villa Nova, mas entendo que somente no caso de o Clube ser mantido exclusivamente pelo poder público o pedido de afastamento possa ser pleiteado, caso em que você teria que se descompatibilizar. Até porque a legislação eleitoral diz que o candidato a vereador que exerce cargo em associação mantida pelo poder público deverá se afastar do cargo... Em quatro meses...'. Isso aqui, ele está explicando que, realmente, quando a legislação eleitoral diz que dentro de quatro meses, é evidente que eu teria que afastar sim do clube, mas nós não estamos nem... Acho que nós temos mais de sete meses ainda para chegar nesses quatro meses aí. 'O que a lei veda é que o vereador seja proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público e nela exerça função...'. Eu vou dar um exemplo aqui, tem mais para ler aqui do advogado, mas não adianta, que lendo até eu mesmo cheguei à conclusão que ele não falou tanta coisa não, mas vamos lá. O presidente do Atlético, o Daniel Nepomuceno, se todos os que estão aqui sabem qual é a profissão dele. Ele é presidente do Atlético e é... Essa câmara aqui que está funcionando ou aquela? Falar para o senhor lá em cima porque quando ele procurar um jornal e eles forem fazer alguma denúncia, escrever para alguém, para eles se inteirarem melhor. Eles, me parecem, que são pessoas cultas, me parecem que têm curso superior. O senhor Daniel Nepomuceno, que por sinal é um grande presidente do Clube Atlético Mineiro, fazendo uma grande campanha na Copa Libertadores, é vizinho deles lá e é vereador na cidade de Belo Horizonte, e vereador sem licenciamento do cargo, e o Atlético tem dinheiro público. Agora, eu vou perguntar para todos que estão aqui, e alguém vai me fazer a pergunta, onde é que está o dinheiro público do Atlético? No Atlético? No Villa Nova está aqui o dinheiro público, que é uma contribuição que vai para as categorias de base e ela praticamente carimbada, todos os anos que passa por



esta Casa. A do Atlético tem também, até que não tinha não, mas tem agora. Quem que está na propaganda máster do Atlético? Quem é atleticano que pode me falar aí? Quem que está lá? Caixa Econômica Federal. Ela é uma empresa pública ou privada? Ela é pública? Então, eu aconselho a ele fazer uma cartinha para o Daniel Nepomuceno, falar para ele afastar também e entregar a diretoria do Clube Atlético Mineiro, que é um clube de massa, e que seria muito ruim porque o trabalho que ele está fazendo lá é muito bom. E a resposta que eu tenho para ele, que eles fazem essas coisas aí, parece que eles querem mesmo é implicar com a Casa e com alguns vereadores. Eu estou sendo a bola da vez, o beneficiado até, não é? Porque para mim foi muito bom porque eu saí no jornal, primeira vez eles puseram a minha cara no jornal. Para mim foi muito bom, eu não tenho saído nesse jornal tem mais de dois anos, três anos, puseram a minha cara, que coisa boa, está num ano político, foi até bom. Então, eu vou chegar o momento certo, eu vou afastar porque eu tenho certeza que para eu não ter problema de eleição, o aconselhável é afastar três a quatro meses, isso vai acontecer normalmente. Mas o engraçado é que ele fala aqui, pedindo ao Senhor Presidente e que consulte todos os pares nossos para me afastar aqui já. Ele fala mais do que um juiz, ele fala mais do que um promotor. Os três mesmos pedindo para afastar, é a mesma coisa que falar: 'prende esse povo aqui'. Daqui a um pouquinho eles vão chegar por aquela porta, eu vou olhar aqui para vocês três que estão lá em cima, daqui a um pouquinho vocês chegam aqui, mandam prender um cidadão aqui. Só falta isso. Então, nem juridicamente, eles consultaram. Ele podia me denunciar, vai ali na promotora e fala: 'olha, o senhor Nélio não pode fazer isso, está errado no Villa Nova'. Acabou. A promotora é que tem a qualificação jurídica para conduzir, eles estão pedindo ao Presidente para fazer isso. Que coisa, não é? Daqui a uns dias eles estão na rua prendendo os outros aí, já pensou?



É falta de capacidade sabe de que? É de desconfiômetro. Porque não adianta o cara às vezes ser alfabetizado, mas não ter o preparo; não é, Presidente? Então, fala-se aqui também que eu gastei no Villa Nova seis milhões... Está aqui, quer ver? Gastei no Villa Nova nos anos... Até 2015, seis milhões e novecentos. Eu não era presidente do Villa, eu passei por lá 2005 e 2006. Eu peguei o Villa Nova em agosto de 2015, não entrou um centavo público em 2015. Eles estão falando que eu gastei seis milhões e novecentos, isso é uma calúnia. Ô três mosqueteiros, venham aqui que eu levo vocês três lá na prefeitura para vocês verem que não tem dinheiro, que eu não sou gestor em 2014, em 2013 do Villa Nova, eu não gastei um centavo não. Como que eu gastei seis milhões, se o pouquinho que eu peguei foi de agosto de 2016, que completa em dezembro um ano. Não tenho, vereadora Ângela Lima, e a Sua Excelência sabe, Sua Excelência sabe que passou o recurso devolvendo para o município, que aquele recurso nem voltou para o Villa Nova, foi até bom, nem um centavo em 2015 teve na minha administração do Villa Nova, de agosto até dezembro. Agora, vem um cidadão desses, pode pegar aqui que vocês vão ver, que eu administrei seis milhões no Villa Nova. Pelo amor de Deus. Eu vou mandar um recado para ele: para com isso, vocês estão procurando encrenca em Nova Lima. Eu não mexo com redes sociais, eu não tenho... Querem saber de uma verdade? Saco, eu não tenho paciência para isso. Quem vai responder para vocês é a torcida do Villa Nova, ela que vai responder porque o Villa Nova está bem no Campeonato Mineiro, há muito tempo que não está. E vocês tumultuando um clube de cento e tantos anos, um clube que é uma instituição que deve ser uma das mais antigas da cidade que vocês estão morando nela aí, que vieram para cá agora. E queria muito ter muito prazer de vocês virem para cá, pagar IPTU, pagar tudo, pagar todos os impostos, porque é assim que se faz uma comunidade decente e direita, não é essa palhaçada não.



Eu fico até preocupado, viu, vereador Flávio? Que eu vejo esse cara todo dia na prefeitura, parece que ele está tendo até algum engate na prefeitura para fazer alguma coisa contra esta Casa, porque não é só o Villa Nova, não é só eu. Será possível, isso não vai parar? O que está acontecendo no Brasil, eu estou me enjoando de política, eu estou me enjoando. Eu nem sei se eu sou candidato a vereador, isso praticamente já está decidido que eu não quero ser. Estou me enjoando com um tipo de gente dessas, parece que as pessoas perderam a noção, perderam a noção de tudo. Eu não estou aqui para defender PT, PSDB, partido nenhum, mas, na verdade, o povo está perdendo a noção e esses três mosqueteiros estão perdendo a noção. Eles acham que aqui em baixo é um bando... É um bando de analfabeto. Acham que passou do shopping ali, Serena, aqui para baixo é um bando de analfabeto, que eles só que são catedráticos. Ô meu amigo, para ser catedrático não precisa ser rico, tem muito pobre que é catedrático e muito mais inteligente do que muito rico e muita gente que tem poder de dinheiro, mas tem muita gente pobre com dignidade e que é catedrático até mais do que isso. Aí, depois, para eu terminar, Presidente, me desculpe, só para completar mais uma... Mais uma... E o pior, nada contra o Jornal Belvedere que é um grande jornal, traz grandes notícias, tanto para Nova Lima, como para a região lá em cima, mas uma matéria dessas, principalmente dessa de seis milhões, que eu não administrei esse dinheiro, o jornal devia saber... Devia saber se isso é uma verdade, porque é isso que traz a degradação do político, da gente, da minha família. A minha mulher está olhando isso lá: 'mas o que é isso?'. Meus filhos estão olhando isso lá. Esses caras acham que a gente não tem família, que são só eles que têm família. É só rico que tem família, é só quem mora nos lugares ricos que tem família. Todos nós temos família. Todos aqui têm, que estão sentados, que estão na plateia aí. Esses caras não têm responsabilidade nas palavras e nas letrinhas deles. Ele



fala aqui, Presidente, também, que esses seis milhões e tantos poderiam estar pagando... Enfim, falam um monte de entidades aqui. Aí eu já não quero entrar nesse mérito, porque isso já é com o prefeito lá e não vou entrar. E um monte de coisas que eles falam que são desqualificantes para mim. Bom, resumindo para eu finalizar, a respeito do Villa Nova que eu vou responder porque as outras denúncias que fizeram de mim, eu estou tratando de pôr elas a limpo. Agora, do Villa Nova eu não posso deixar de responder. Eu estou... Porque eu não gosto de internet, eu não mexo com internet, eu estou pedindo aos torcedores do Villa que respondam a esses três senhores aí, porque eles, villa-novenses que gostam do Villa, é que vão responder para eles, para eles saberem quem é o Villa Nova, da onde o Villa Nova saiu, quantos anos tem o Villa Nova. É capaz de eles não saberem nem quando foi fundado o Villa Nova; viu, Senhor Presidente? Então, a gente fica indignado porque a política está me deixando numa situação tão de indignação e não é só aqui. Eu estava ouvindo uma declaração do senador Romero Jucá, ontem, e é rapidinho, ele falou muito rápido, falou muito rápido da situação do Brasil. Isso acaba que esse tipo de gente aí, que não basta você ir para a rua pedir as coisas não, você trocar o João pelo Pedro não adianta nada. O que as pessoas têm que conscientizar é em quem vota, é saber exatamente em quem vota. O senador estava falando; viu, vereadora? Ele é senador do PMDB e foi eleito vice-presidente agora do partido. Ele disse uma coisa certa, apesar que eu entendo que o PMDB é culpado um pouco dessa crise do Brasil porque ele estava lá. Mas ele disse e bateu no peito e discutiu com o senador Lindbergh Farias, de São Paulo, aliás, do Rio, que é lá do Rio, e disse a ele assim, mas com uma convicção que qualquer cidadão sabe que ele está falando a verdade porque ele já vinha alertando isso há anos atrás, quando o governo Dilma foi eleito: o PMDB está com o governo, mas nunca o PT, o movimento



do PT deixou o PMDB interferir no sistema financeiro brasileiro. Então, eu tenho muita tranquilidade de falar que eu estou... O PMDB está fora, ele não tem culpa nenhuma disso porque o problema do Brasil, hoje, é a situação financeira que é a da nossa cidade, foi no vinagre. E se não tiver um problema político para resolver isso, nós vamos entrar numa revolução e vai para o final. E aí tem esse tipo de gente aí, que veio para Nova Lima fazer para isso. Acho que eu falei demais e vou deixar esses três mosqueteiros por conta da torcida do Villa. Obrigado”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de dizer que a Câmara tem trabalhado muito. Amanhã a Câmara Municipal vai ingressar na justiça com uma outra ação e, no mais tardar, nós vamos ingressar, atendendo um requerimento dos vereadores sobre as coisas principalmente mentirosas que estão dizendo sobre alguns vereadores e sobre a Câmara”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, só lembrar uma coisa, esqueci aqui”. O Senhor Presidente: “não é verdade que uma Câmara Municipal gasta quatrocentos milhões por reunião, isso não é verdade. Vão ter que dar as devidas explicações”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “só lembrar rapidinho, o meu discurso aqui não tem nada a ver com a Amavise, eu vou deixar bem claro, nada com ela. O meu discurso é especialmente contra esses três cidadãos aí, um de quarenta votos e mais dois aí, que eu não me lembro o nome e que eu não vou falar porque amanhã é capaz de ele ter oitenta votos. E dizer ao Senhor que ele está pedindo para me afastar. Se o Senhor quiser, eu dou uma afastadinha aqui ou o Senhor vai me afastar no Plenário?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “então, eu dou uma afastadinha. Afastei aqui para vocês, está afastado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, pela ordem”. O Senhor Presidente: “o vereador Flávio... Flávio, você pediu a palavra? O senhor pediu a palavra?”. O vereador Flávio de Almeida: “não”. O Senhor





Presidente: “com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o dia que fizemos esse requerimento relacionado a essa questão de processar, eu fiz uma fala dizendo que acreditava que o jurídico da Casa iria tratar desse assunto e está registrado em Ata, inclusive, e que no meu julgamento eu achava que isso não deveria... Deveria acontecer. Do ponto de vista que realmente a Câmara vai fazer esse processo, não sei se esse é o nome mais correto, eu quero deixar registrado em Ata aqui que eu retiro a minha assinatura daquele requerimento, está bom?”. O Senhor Presidente: “você gostaria?”. O vereador Flávio de Almeida: “agora sim”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, a gente vê... A gente lê essas coisas, não é? Eu acho que briga muito por pouca coisa. O que tem que fazer é o direito de resposta, ir para o jornal e colocar números, dados. É isso que a gente tem que fazer, é isso que as pessoas colocam no jornal o tempo inteiro. Então, se a Câmara conseguir fazer isso, a gente já está bem porque vai ver que não são esses gastos. Se o vereador, presidente do Villa, fizer o mesmo também, já vê que faltam dados, faltam números, não é? Então, eu acho que isso já é suficiente. Mas eu acho que toda semana, a partir de terça-feira, quando eu chegar nesta Casa, sentar nessa cadeira, que eu ver uma leitura desse tipo aqui, eu vou levantar e vou embora porque, primeiro, que a leitura não tem nada a ver com esta Casa, é um requerimento aonde cabe a um vereador fazer, depois são denúncias que devem ser feitas ao Ministério Público ou um vereador fazê-las, por isso que vocês foram eleitos. Então, quando eu chegar aqui nesta Casa que houver uma leitura dessas aí, eu vou levantar e vou embora porque aí já deixa de ser sério. A Casa, o Poder deixa de ser sério e isso mexe com todos nós, a não ser com o vereador que não preocupa, porque eu me preocupo com essas coisas. Então, já... Eu, terça-feira, se eu



chegar, começar com esse negócio aqui, com a mesma coisa, eu... Além de eles terem o jornal na mão para ficarem à vontade, ainda têm a Casa que toda semana levanta essas coisas. Então, a situação fica um pouco complicada. Então, eu, a partir de terça-feira, Presidente, eu vou tratar essas coisas aí de uma outra forma. Eu venho de uma comunidade aonde cada um sabe o voto, cada um sabe de onde veio e nós sabemos o que essas pessoas o tempo inteiro fazem, é a divisão deste país, é a divisão do município. E eu não concordo com isso, eu acho que aonde come um, comem dez, independente de seu credo religioso ou de sua situação financeira. E se a gente ficar toda semana levando isso aqui, nós vamos chegar num ponto que nós não vamos nem conseguir mais sentar para conversar. Então, hoje foi a última vez que eu vi um tipo de leitura dessas. E sei, meu companheiro do PT, que o senhor não tem culpa dessas leituras, mas o senhor tem que fazê-las, mas eu não concordo não; viu, Presidente? Com esse tipo de leitura aqui não. Obrigado”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, só um minuto, por favor. Deixa eu dizer, independente de João ou Pedro ou Antônio concorde, isso para mim pouco importa, o que importa para mim é que um clube de cento e dez anos está na correspondência, não é nem eu, e eu represento ele, e por isso que eu dei a resposta. Dei a resposta e darei quantas forem necessárias nessa Casa porque isso é uma questão de ordem e de relevância, não é ficar, às vezes, tem momento, discutindo requerimento aqui que não tem nem asfalto para pôr na rua. Obrigado”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, só o direito da resposta. Eu não disse da fala, nem da resposta do vereador. Nesta Casa nós temos um poder, é impressionante, o de interpretação. Eu disse, vereador Nélio Aurélio, que essa leitura compromete os trabalhos da Casa porque ela vem com um pedido que não deve ser feito ali, foi isso que eu disse: que não deve ser lido, nem deve ser feito. Por que? Porque



veio em forma de requerimento. Quem pode fazer requerimento nesta Casa? O vereador, não é isso? Se é denúncia que não partiu dos vereadores, ela deve ser estudada lá fora para realmente... Se for denúncia séria, se não for, ela não deve vim na Casa, eu disse foi isso. O senhor responder, enquanto presidente do Villa, é um direito do senhor. Mas eu digo que a leitura compromete os trabalhos e compromete cada vereador, como compromete o senhor também porque é uma leitura que vem batendo, batendo, batendo, em cima de coisas que não batem com a realidade. Foi só isso que eu disse”. 3) Projeto de Lei nº 1.573/2016, autoria do vereador José Guedes, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Rua David Guedes Fernandes. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 4) Projeto de Lei nº 1.574/2016, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Apoio ao Menor Aprendiz e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.568/2016, autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Dispõe sobre o atendimento prioritário para portadores de diabetes na Rede Municipal de Saúde”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente nomeou o vereador Gilson Antônio Marques como Relator da Comissão de Serviços Públicos Municipais em substituição ao autor da proposição. 2) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.569/2016, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Cria o Bilhete Especial de Transporte Coletivo Urbano do Desempregado no âmbito municipal e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços



Públicos Municipais. 3) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 319/2016, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Concede o Título de Cidadã Honorária de Nova Lima à Dra. Elizangela Silveira Soares”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.562/2015, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Dispõe sobre o direito à dispensa do Registro de Ponto Biométrico pelos motoristas municipais de ambulâncias”. O Senhor Presidente: “em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu vou votar contra esse projeto em respeito aos demais que eu votei também contra”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu também, Senhor Presidente, eu voto contra o projeto”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “espera aí, só um minuto, mas acabou o quórum? Dois, quatro...”. O Senhor Presidente: “não, não acabou não”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “seis, sete. Sete. Quem votou contra? Dois já? Quem votou contra foi o vereador Silvânio...”. O Senhor Presidente: “Silvânio e a vereadora Ângela Lima. Os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “só um minuto, Presidente”. O Senhor Presidente: “dois vereadores votaram contra”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Presidente, só um minuto”. O Senhor Presidente: “sim senhor”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “só um minutinho que eu vou definir meu...”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Nélio Aurélio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu pedi a palavra exatamente para eu definir meu voto porque eu estava... Vou votar a favor”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador Gilson Antônio



Marques: “meu voto é contra também”. O Senhor Presidente: “vereador Gilson Marques, Ângela e o vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “portanto...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “justificativa de voto, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “portanto...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “justificativa de voto”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “seis votos favoráveis, três contra”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero só... O Senhor me permite?”. O Senhor Presidente: “perfeitamente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Presidente, eu só quero deixar registrado na Ata que quando o senhor colocou esse projeto em votação, dois vereadores não estavam presentes no plenário na hora, depois, certo, eles chegaram, mas no momento em que o senhor colocou esse projeto em votação, os dois não estavam no plenário. É só para deixar... Não quero polêmica, é só para deixar registrado na Ata”. O Senhor Presidente: “ainda não... Eu coloquei, mas não fiz a contagem”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu intervi a Sua Excelência. Eu estou contribuindo aí, eu intervi”. O Senhor Presidente: “eu coloquei, mas não fiz a contagem”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu intervi, viu, Presidente? Se quer saber, eu estou contribuindo com o senhor, com a Sua Excelência”. O Senhor Presidente: “sim, sim”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “na hora que senhor pôs, eu pedi a palavra e foi exatamente por isso, Silvânio, que não foi concluída a votação. Foi exatamente por isso”. O Senhor Presidente: “obrigado”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu gostaria de confirmar meu voto favorável. Quando eu entrei o senhor estava na discussão do projeto e ele é exatamente o momento que o senhor coloca para ser votado, eu já estava sentado ouvindo o vereador Nélio. Então, estou confirmando meu voto”. O Senhor Presidente: “sim senhor”. O vereador



Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, eu pedi para justificar o voto. Eu estou votando contra. Aqueles outros eu votei contra por causa da Ata, que eu posso até perder, mas eu até entrei com mandado de segurança conforme eu havia prometido que ia fazer e fiz, não obtive resposta ainda, mas estou pedindo liminar para cancelar aquela reunião. E este eu voto contra porque fui procurado por alguns motoristas que não concordam com a liberação, pois é questão de interpretação, creio eu, mas pelo menos os que me procuraram temem tirar o direito, o seguro deles, o que garante a eles que eles trabalharam é o ponto biométrico e tem esta temência lá por parte de alguns motoristas que me procuraram, como eu trabalhei lá muito tempo, tenho boa entrada lá dentro e fui procurado com este temor, então por isso voto contra”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “só para eu entender mais do projeto, apesar que ele já foi votado, só fazer uma pergunta, você é o autor? Entendi um pouco, mas já votei e até acho que eu votei com o pensamento positivo, quando fala ‘transporte urbano do desempregado’, isso vale para Via Ouro, enfim, para...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não, não é, vereador...”. O Senhor Presidente: “vereador, ô vereador”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “vereador Nélio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu estou fazendo a pergunta...”. O Senhor Presidente: “vereador, é dispensa do Registro de Ponto Biométrico pelos motoristas municipais de ambulâncias; está dispensando”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “ah não, isso aqui é Ponto Biométrico, não é isso?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “isso”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “ah, o senhor está certo, eu votei a favor”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado, vereador. Senhor Presidente, questão de ordem. Quero pedir a Vossa Excelência que consultasse o Plenário para pôr em segunda votação este projeto hoje”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstício e segunda



votação do Projeto 1.562/2016. Os vereadores que concordam permaneçam como estão; solicitação do vereador Alessandro Bonifácio”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado, Presidente”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “aprovado, nove votos. Por deliberação Plenária, coloco o Projeto 1.562...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “espera aí, Presidente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Presidente, espera aqui, o senhor está votando o projeto já?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “já”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, espera aí”. O vereador Flávio de Almeida: “já foi discutido”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “ele pediu a segunda...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não, ele está falando só para pôr em votação, é isso que ele está pedindo”. O Senhor Presidente: “vereador...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “ah tá, é só a segunda votação”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “é”. O Senhor Presidente: “vereador, deixa eu concluir, por favor”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “tá, eu entendi”. O Senhor Presidente: “por deliberação Plenária, coloco o Projeto de Lei 1.562/2016 em sua segunda votação. Em discussão”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem. Agora me inteirei totalmente dele, ainda bem que eu não errei, eu acho que fui até feliz porque o pessoal de ambulância é complicado mesmo, muito complicado. O cara está mexendo com doente, está não sei para onde, não sabe a hora que chega, então votei com bastante consciência na segunda votação, a primeira eu tinha até me equivocado, mas equivoquei para o lado certo. Eu voto a favor”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Já votou o projeto, mas eu quero fazer um parágrafo aqui”. O Senhor Presidente: “votou a primeira”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “está em discussão, Secretário”. O vereador Gilson Antônio Marques: “pois é, mas eu quero fazer assim mesmo. Vereador



Nélio, o senhor fez essa colocação aí e cabe a mim respeitá-lo, sem dúvida nenhuma, eu só queria colocar uma dúvida aqui, a temência do motorista é exatamente aí, é motorista de ambulância, não tem horário, etc. e tal, que ele bata o cartão quando ele terminar o serviço e que receba as horas extras, assim não precisará acontecer aquilo que aconteceu há poucos dias aqui na Casa, quando eu chamei aqui a Secretária de Saúde para explicar porque quatro motoristas recebiam acima de duzentas horas extras, com essa dificuldade toda que o município vem atravessando, protegidos por ela e os demais não tinham nada, tinha que pagar com folga. O Ponto Biométrico garante que estas falcatruas não aconteçam no município; garante porque se não garantir na legitimidade, garante na justiça para o motorista. Essa é a minha preocupação, só queria esclarecer”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem, só um minuto, porque o vereador citou meu nome. Eu até tenho razão, ele tem razão e eu me lembro do comentário dele. Agora, o município fiscaliza, pelo amor de Deus, tem que ter fiscalização. Então, por não ter, não vai ter o benefício para quem merece porque não tem fiscalização? Que tenha o benefício e tenha a fiscalização, a fiscalização está aí é para fazer isso. Isso não é neste segmento não, é em qualquer outro. Então, tem que ter a fiscalização, por isso que aconteceu e o vereador tem toda razão, que cobrou da Secretária aqui, que recebendo duzentas horas, isso é incalculável, isso não pode. Por que aconteceu isso? Não tem fiscalização. Obrigado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu também pedi questão de ordem já há bastante tempo”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “o vereador pediu primeiro”. O vereador Gilson Antônio Marques: “estou dentro da fala,





eu só vou concluir, é rapidinho. Me permite, vereador?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sem problemas, é lógico”. O vereador Gilson Antônio Marques: “é rapidinho. Eu queria deixar mais um exemplo, quando você tira esse Ponto Biométrico, você não está tirando o direito do servido não, muito pelo contrário, isso é para garantir o direito dele, na minha opinião. E eu não sou do PT não, mas tenho assistido aí essa bagunça a nível nacional e não acho, sinceramente, que a culpa seja só do PT não. Todos os governantes que passaram por lá fizeram lambança muito maior do que essa, muito maior, só não foi dita, mas fizeram sim. Agora, onde acha que eu acho que, em especial, a Dilma ou o Lula errou? Esse Bolsa Família, por exemplo, é um projeto ruim? Não. É um projeto que ajudou matar a fome de muita gente, faltou fiscalização nele porque o governo não tem como fiscalizar, então ele não pode tirar a única forma que ele tem de fiscalizar, abrir mão dela não. Tem gente do Bolsa Família que começou a ganhar o Bolsa Família quando tinha seis anos de idade para ir para escola, já virou homem, traficante e continua recebendo o Bolsa Família porque não tem fiscalização. Ele pecou na fiscalização porque o governo, em qualquer esfera, ainda não tem preparo para fiscalizar. Então, quando você tira a única fonte que ele tem que assegura a fiscalização dele, você está abrindo o leque para acontecer o que aconteceu no Bolsa Família e em outros projetos sociais. Muito obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o vereador Gilson já me contemplou com a fala dele, do ponto de vista da questão da legalidade do Ponto Biométrico, que justamente este Ponto Biométrico é que dá para o profissional que trabalha com ambulância neste caso específico, mas em outros casos também os profissionais da administração pública, é lógico e evidente que o Ponto Biométrico garante o direito a esse funcionário público, mas para além disso e para manter a minha coerência com os outros votos que foram para, por exemplo, a



questão da quebra do veto na semana passada; obrigado. Para manter a minha coerência, eu voto aqui pelo vício de iniciativa do projeto, eu continuo insistindo, concordo com o vereador Gilson plenamente, a questão do direito fica resguardada com o Ponto Biométrico, mas aliado a isso, o que justifica aqui o meu voto contrário, com todo respeito e entendendo o que o vereador Alessandro buscava com esse projeto, eu voto aqui contrário ao projeto em função do vício de iniciativa do projeto. Muito obrigado, Senhor Presidente”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, questão de ordem. É só para, primeiro, perguntar... Boa noite Mesa Diretora, boa noite vereadores, boa noite público presente. Já concluiu a votação, Senhor Presidente?”. O Senhor Presidente: “a segunda votação não”. O vereador Leci Alves Campos: “então, eu vou esperar concluir para eu fazer a questão de ordem”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. A gente vê muito na Casa dizer sobre iniciativa. Eu, por exemplo, eu tenho votado alguns projetos e eu marquei os projetos para que eu possa provar para a Casa o que é iniciativa. Nós temos alguns projetos nesta Casa onde os senhores e a senhora tem votado que é de iniciativa do Executivo, então eu vou provar que o veto não virá. Eu vou provar ali na Tribuna. São oito projetos que deveriam vim de iniciativa do Executivo para esta Casa e os vereadores que me perdoem, que pregam a palavra ‘iniciativa do Executivo’ são autores deles. E eu vou provar que o veto não vai vim. Aí nós vamos discutir isso na Tribuna, por quê? Quando se quer discutir algo assim, os dois projetos passados são meus, eu jamais faria algo que fosse assim. E vi todos os pareceres, me calei porque a melhor coisa é a prova. Com certeza, o projeto do vereador vai vim o veto, mas os outros que são de iniciativa mesmo, que diz de valores, não virá o veto. Aí, eu vou para ali discutir com os senhores iniciativa, porque isso é muito sério. Quando é de um vereador e a iniciativa, de onde



que ela vem? Quando é do outro também tem, mas quando é de alguns não. Do jeito que vai, vem o visto. Só se for negociado lá, que eu acredito que quando ele assina, ele quebra o vício, mas então ele deveria quebrar de todos. E esta Casa tem que ser defensora da lei, quando você fala da lei, você tem que lembrar da justiça social, que ela funciona para todos. Eu vou provar para os senhores o que é iniciativa nas próximas reuniões, ou então se existe algum acordo, se existir algum acordo, eu até acho legítimo. A arte de fazer política inclui um montão de coisas que às vezes eu discordo, mas ela inclui. Então, nos próximos dias nós vamos poder discutir iniciativa...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, o senhor me dá um aparte?”. O vereador Flávio de Almeida: “... o veto do senhor”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado, vereador”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “o senhor me dá um aparte?”. O vereador Flávio de Almeida: “o senhor tem o aparte, mas eu não estou brigando com o senhor não, com vereador nenhum não”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “lógico”. O vereador Flávio de Almeida: “porque todos dizem sobre iniciativa”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “e é justamente nesse sentido que eu quero falar, vereador. O vício de iniciativa tem um remédio jurídico que é a sanção do prefeito, se o prefeito sanciona o projeto, esse vício de iniciativa é sanado neste momento e é dado tanto à população, quanto ao Plenário o direito de cobrar isso na justiça. É lógico e evidente que qualquer vereador aqui, que tem conhecimento, e eu tenho projetos que têm vício de iniciativa, eu tenho projetos dessa natureza. Portanto, qualquer vereador que se sentir no direito e no dever de buscar isso através da justiça, do mesmo jeito que o prefeito tem esse direito, se por um acaso a gente quebra o veto dele aqui, ele pode ir para a justiça buscar a questão do vício de iniciativa, qualquer vereador aqui também tem esse mesmo direito e eu penso, o senhor falou muito bem, concordo com o senhor, vereador, que é uma



questão que a gente não tem mesmo, o senhor usou a palavra brigar, mas é isso mesmo, nós não temos que discutir sobre esse assunto, um respeitando ao parecer do outro, uma vez que essa é uma Casa colegiada, em que a gente tem aqui os votos de maioria ou não, ninguém precisa mesmo, de forma alguma, de brigar e se sentir, em algum momento, prejudicado no direito e esse direito, de alguma forma, for prejudicar a população, o caminho mais correto, sem nenhuma discussão para esse ou para aquele vereador ou para a própria população, é buscar a fumaça da justiça porque é lá que a coisa acontece”. O vereador Flávio de Almeida: “mas eu não disse... Senhor Presidente, só para eu... Eu estou com a palavra ainda. Eu não disse que vou para a justiça não, eu vou é para a Tribuna. Por que? Porque quando eu voto em algo do vereador Leci, que é meu amigo, diga-se de passagem, eu voto algo dele que eu sei que deveria ser de iniciativa do Executivo, eu não tenho como discursar em cima do projeto do Coxinha, porque senão o que falei semana passada e votei perde o sentido... Por isso que eu tento fazer do meu voto prevalecer aquilo desde dois mil, eu sempre voto assim, por quê? No momento que eu venho pregar algo contra o projeto do vereador Coxinha é porque eu não faço igual ele, eu não faço projeto nenhum de iniciativa do Executivo porque, senão, é muito ruim. O vereador Coxinha, às vezes, ele não é bem quisto pelo governo, ele não pode fazer? Mas eu vou fazer porque sou bem quisto pelo governo. Então, eu voto é com a minha coerência de todos os dias, eu faço projeto porque eu acredito nele, acredito no projeto do vereador e em todos os projetos que entrarem nesta Casa eu voto porque eu também o faço. Então, seria mais do que justo que eu acreditasse sim na iniciativa, eu falasse assim: ‘ah, é iniciativa, então eu não vou fazer projeto assim não’. Então, todos aqui fazem, gente. Eu posso trazer os projetos aí e começar a lê-los aqui toda terça-feira na Tribuna. Obrigado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira:



“eu também, Presidente, voto contra pela minha coerência”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “os vereadores que concordam...”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente, pela ordem. Eu vejo o seguinte, existe uma tendência generalizada de implantação de ponto biométrico em todas as repartições públicas. Isso eu vejo na Saúde, na Educação, então eu acho que é, realmente, um excelente meio de controle de assiduidade dos funcionários. Mas existem algumas profissões que às vezes fica, realmente, difícil. Por exemplo, se o funcionário faz um plantão de sete da manhã às dezenove, quando é dezoito e trinta ele tem que pegar um paciente com a ambulância de sirene ligada daqui para BH. Como que esse funcionário vai acusar o fim de expediente dele às dezenove horas? Está certo? Então, eu vejo o seguinte, o que o vereador Nélio Aurélio disse tem que ter, toda regra tem exceção, então, é mais do que justo que haja uma fiscalização em cima desse funcionário ou de determinada repartição. Eu vejo assim. Agora, que há uma tendência, não é? Generalizada, de todas as instituições, não é? Que a gente tem frequentado, a tendência é essa, inclusive, na área da saúde, nós médicos mesmos, estamos passando... Várias cidades que a gente visita, viaja por aí, a gente tem observado, inclusive, até uma certa resistência inicialmente dos funcionários, mas que depois os próprios funcionários chegam à conclusão que é bom para eles, não é? É bom para eles. Pelo menos não tem um chefe falando que o funcionário chegou atrasado, está certo? Então, isso ali para ele é uma identidade, não é? É um documento para ele, que amanhã: ‘está aqui, olha, não cheguei atrasado não, está aqui o meu cartão de ponto’. Então, eu vejo dessa forma. Agora, toda regra tem exceção e é mais do que justo que coloque uma fiscalização coerente”. O vereador Flávio de Almeida: “o senhor me concede um aparte?”. O vereador Fausto Niquini: “pois não, senhor vereador”. O vereador Flávio de Almeida:



“Presidente, é coisa, assim, a gente fica ouvindo os discursos aqui na Casa e é interessante. Eu, outro dia, eu contei, vereadora, quantas pessoas estavam nessa praça pedindo voto no horário de serviço e o dia inteiro não foram trabalhar. Quando você vai fiscalizar, você fica um pouco mais assustado, essas pessoas assinam uma folha no final do mês. E um pouco pior, tem Secretário que se sente constrangido em fazê-lo, mas é obrigado a fazer. Eu conheci uma aí em um dia desses, que ela nunca foi no setor de trabalho, nunca. Aí ficam uns outros esperando o prefeito tomar o café na praça, o prefeito vê-los na praça, depois desaparecem. Eles também não passam não, não tem ponto para eles não. Aí eu pergunto, e aí? Nós vamos discutir iniciativa até quando? Cartão até quando, ponto até quando? Ah, já sei, o funcionário público tem que passar o cartão, cargo comissionado não. Isso chega a ser um absurdo, um absurdo ao dinheiro público. Mas isso, às vezes, dói a gente falar, porque nós vamos atingir muito os políticos dessa cidade porque esses cargos estão ligados a eles. Aí é de assustar, porque quando está na praça pedindo voto, está pedindo nem sempre para eles. Então, querem discutir cartão comigo, essas coisas comigo... Eu defendi o projeto da Guarda, vou defender o projeto do senhor porque é justo e concordo com a fala do vereador Fausto”.

O vereador Gilson Antônio Marques: “me concede um aparte, vereador?”. O vereador Flávio de Almeida: “tem que separar. Eu estou devolvendo a palavra para o vereador Fausto”. O Senhor Presidente: “eu pediria aos vereadores...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “me concede um aparte, vereador Fausto?”. O Senhor Presidente: “eu...”. O vereador Fausto Niquini: “perfeitamente, vereador Gilson”. O vereador Gilson Antônio Marques: “é só trinta segundos, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “vereador Gilson, vamos ser breves...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu só queria...”. O Senhor Presidente: “vereador, deixe eu falar com o



senhor. Eu estou aqui...”. O vereador Flávio de Almeida: “passando mal”. O Senhor Presidente: “passando um mal tremendo, eu acho que a dengue me pegou. E eu estou aqui para votar um requerimento meu sobre o Galo. Com a palavra”. O vereador Gilson Antônio Marques: “só trinta segundos”. O Senhor Presidente: “sobre a dengue no Galo”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu só queria, baseado em tudo o que foi discutido aqui, ratificar a minha posição. Eu sou contrário a qualquer exceção, qualquer uma, qualquer uma. Tanto sou que já fiz três denúncias ao Ministério Público contra esse prefeito por gente que recebe e não trabalha, em especial pelos que não batem ponto. Sou contra qualquer exceção, qualquer uma. Médico, motorista, Guarda, polícia, tudo tem que bater ponto. Sou contra liberar qualquer um de bater o ponto. Obrigado”. O Senhor Presidente: “os vereadores que concordam permaneçam como estão. Os vereadores que... Favor citar os que foram contra. A vereadora Ângela, o vereador Gilson e o vereador Silvânio?”. O vereador Flávio de Almeida: “não, agora são só dois”. O Senhor Presidente: “só a vereadora Ângela e o vereador Gilson”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “ele não está no Plenário na hora da votação”. O vereador Flávio de Almeida: “ele não está no Plenário”. O Senhor Presidente: “eu estou colocando em votação, vereador. Então, três... Seis a favor, dois vereadores contra”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu estava aguardando a votação...”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador Leci Campos”. O vereador Leci Alves Campos: “agora em junho, eu completo trinta anos de formação em administração de empresas. Então, a minha visão de uma norma administrativa seja talvez um pouco diferente de algumas pessoas pelo seguinte, o vereador Fausto falou muito bem, dizendo que toda regra tem exceção e, realmente, toda regra tem exceção sim. E vocês vejam que nós votamos aqui o projeto do Guarda,



com relação ao ponto biométrico, foi vetado, quebramos o veto e hoje estamos votando a questão da ambulância, mas foi aprovado em primeira e segunda votação. Não gosto de fazer previsão, mas deve ser vetado e aqui vai ser colocado em votação se mantém ou se quebra o veto. Quer dizer, são duas unidades: área de segurança, Guarda Municipal e área de saúde, ambulâncias, são exceções quando se trata do ponto biométrico. E tem uma questão, que eu vou procurar o Secretário de Administração para conversar sobre as exceções do ponto biométrico, nem é sobre a questão de bater ou não bater o ponto, é bater o ponto sim. Mas só que, não sei se as pessoas sabem, tem funcionário que no intervalo entre bater a entrada e bater a saída tem um intervalo. Vocês vejam que a Secretaria de Saúde tem um serviço que chamava SEMADS e hoje chama Melhora em Casa, ou seja, tem ali o médico, o enfermeiro, o terapeuta, o fisioterapeuta, a psicóloga que vão nas casas dos pacientes. E os que fazem seis horas de trabalho, que são os enfermeiros, determinado tempo depois que ele está na ativa, ele tem que bater esse intervalo. Então, você imagina, uma enfermeira fazendo um curativo, um procedimento lá na Água Limpa, chegou no momento de ela bater o intervalo, como é que ela vai fazer? Ela tem que bater o ponto é na Secretaria de Saúde. Ela vai largar o paciente lá? Vai deixar de fazer o procedimento? Então, realmente, essa questão... Secretaria de Saúde. Realmente essa questão, gente, têm que ser analisadas as exceções. Então, eu não sei se vai ser uma questão legal, mas eu vou conversar com o Roberto sobre essa questão dos intervalos para verificar, realmente, as unidades que atingem esse tipo de procedimento, não é? E com certeza, o Secretário de Administração deve entender muito bem sobre isso. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “eu pediria autorização para o Plenário fazer uma abertura para este vereador. Estou com um requerimento aqui do Galo, eu gostaria e vou indicar a vereadora Ângela para assumir o





meu lugar, assumindo a Presidência porque eu estou passando muito mal”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “encaminho o Projeto 1.562 à sanção. Os vereadores que concordam com minha solicitação permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Pediria ao Secretário para ler o meu requerimento”. O Senhor Secretário proferiu leitura do requerimento nº 003/2016, de autoria do vereador José Guedes, que requer à Secretaria de Obras e Serviços a capina no Bairro Galo. Após leitura, o Senhor Presidente: “em discussão o requerimento. Eu gostaria de rogar ao prefeito porque é de meu conhecimento que... Uma informação de uma funcionária da área de saúde que a Policlínica está atendendo de cem a cento e vinte pessoas por dia com dengue. Eu fiz umas fotografias lá no Galo, é um absurdo o que está acontecendo. Eu fui lá umas cinco vezes, eu acho que tem possibilidade de eu ter sido afetado pela dengue no Galo, é puro mato, tem as fotos aí. Pediria ao prefeito, que há uns vinte dias atrás falou que ia ter uma ação de limpeza na cidade, até o presente momento praticamente não foi feito nada. Então, estou realmente passando muito mal e lá em casa foi um susto tremendo, minha neta de quinze anos pegou dengue também. A dengue agora está pegando na família dois, três, não está contentando com um não. E para o nosso espanto, no terceiro para o quarto dia, a menina começou a colocar sangue pelo nariz. Aí a gente não dorme porque pode ser hemorrágica, mas tem cinco dias que ela está indo direto lá no Biocor, inclusive hoje. Mas Deus é muito grande. O prefeito, num momento desses, ele tem que deixar tudo de lado e atacar a dengue e outros insetos que estão atingindo não só Nova Lima, o Brasil. Ele teria que deixar tudo de lado e atacar... Tem um vereador aqui que comentou sobre a dengue, há vinte dias atrás, me parece o vereador Gilson, e o prefeito falou que ia entrar em ação e eu não vi até o presente momento. Com o mato lá no Galo em todas as ruas e



a ponte... As fotos estão aí para todos os vereadores verem, todos os passeios, o banco que o pessoal fica, cobriu o banco, está uma calamidade. Então, pedir ao prefeito, não é só o Galo não, que agisse rapidamente, que vai acabar morrendo gente aí”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “a gente... A gente... O povo de Nova Lima está apavorado. Eu estou dizendo cem, cento e vinte somente na Policlínica, fora o hospital. Eu pediria licença, vou colocar em votação, realmente...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “comecei a passar mal. Vim trabalhar hoje aqui na Câmara oito horas da manhã, dez horas eu já estava deitado, fiquei o dia inteiro deitado e a coisa é preta. Obrigado”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente, eu sugiro que o Senhor vá, procure um serviço de saúde porque o Senhor está um tanto abatido e a probabilidade de ser dengue é muito grande. O Senhor teve febre, não teve?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, antes de a Sua Excelência deixar a Mesa... Parece que o Senhor está enfermo, não é? Agradecer a homenagem do Villa Nova que o Senhor fez aí, viu? Muito obrigado, em nome do clube mais querido de Nova Lima”. O Senhor Presidente: “o Villa Nova merece”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o Senhor me permite? Eu sei que o Senhor está querendo sair, mas só em cima desse requerimento do Senhor, eu tenho aqui também um outro requerimento verbal que diz respeito a essa questão da limpeza da cidade. O Senhor colocou a questão da dengue que é extremamente importante, eu não tenho dúvida disso, mas é que tem também, com relação a esse mato exacerbado que está pela cidade afora, uma questão que se une a isso é a questão da iluminação pública de Nova Lima, as ruas todas cheias de mato, com mais a iluminação pública. Então, eu vou fazer um requerimento daqui a



pouco, que tem a ver também com essa questão. De qualquer maneira, vou votar no requerimento do Senhor com muito prazer”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer que vou colocar em votação. Quero dizer que na carreira política do vereador Cássio, ele foi majoritário no Bairro do Galo em todas as eleições. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado por nove votos. Obrigado. Me dá licença. Eu pediria à vereadora Ângela Lima para assumir a Presidência. Obrigado”. A Senhora Presidente Maria Ângela Dias Lima Pereira: “dando prosseguimento à reunião, solicito ao Secretário da Mesa a leitura... Já leu? Ah, pois é. Isso”. A Senhora Presidente Maria Ângela Dias Lima Pereira colocou em discussão e votação: 2) Projeto de Lei nº 1.563/2016, autoria do vereador Gilson Antônio Marques, que “Dá nova redação ao ‘caput’ do artigo 5º da Lei Municipal nº 2.102, de 20 de julho de 2009”. Em sua segunda e última votação. Aprovado por seis votos, encaminhado à sanção. 3) Projeto de Lei nº 1.564/2016, autoria do vereador Gilson Antônio Marques, que “Dispõe sobre a gratuidade de estacionamento rotativo de veículos automotores nas vagas destinadas para as pessoas com deficiência, com dificuldade de locomoção e idosos no município de Nova Lima na forma que menciona e dá outras providências”. Em sua segunda e última votação. Aprovado por seis votos, encaminhado à sanção. O vereador Gilson Antônio Marques: “obrigado”. 4) Projeto de Lei nº 1.567/2016, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Antônio Alves Pereira”. Em primeira e única votação. Em discussão, o vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhora Presidente, eu vou retirar esse projeto de pauta”. A Senhora Presidente Maria Ângela Dias Lima Pereira: “então, projeto retirado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhora Presidente, eu gostaria de... A Senhora vai entrar nos requerimentos, não é?”. A Senhora Presidente: “eu vou entrar nos requerimentos”. O vereador Silvânio



Aguiar Silva: “como eu estou vendo aqui que periga a gente não ter quórum e eu tenho um requerimento que vou fazer verbal e que a pessoa está aqui na Casa, a Senhora me permite substituir o meu requerimento por um verbal e o fazê-lo imediatamente, assim como o Presidente também o fez?”. A Senhora Presidente: “perfeitamente, vereador”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “então, está bom. Eu quero, primeiro, relatar um fato que a gente vivenciou, através do Facebook essa semana, no sábado. Uma pessoa filmando aqui as obras da Câmara e ela foi filmando isso, fotografando do lado de fora, é lógico. E ela, como uma pessoa que muito possivelmente não deve ter o conhecimento que ela teria que ter uma autorização para entrar na Câmara e tal, e eu acho que isso é uma coisa até comum, ela entrou dentro da Câmara, na parte do térreo da Câmara ali e ela começou a filmar e narrando o que ela via nessa construção. E aí, Senhora Presidente, Senhora Presidenta, aconteceu um fato que eu acho que merece uma retratação da Câmara Municipal. Com toda certeza, não é um fato que parte da vontade nem do Presidente, nem dos vereadores, mas que por respeito à senhora que está aqui no plenário, inclusive, eu penso que a Câmara tem que se manifestar no sentido de repudiar o ato. Essa pessoa entrou na Câmara, foi filmando e os funcionários que estavam lá dentro, percebendo que ela estava fazendo a filmagem, eles foram saindo devagarzinho, de uma forma até maldosa, apertaram o controle remoto do portão elétrico da Câmara e fechou essa pessoa lá dentro. Eu penso que se tivesse fechado a pessoa lá dentro simplesmente por um engano, por algum motivo; não, mas fechou por maldade e isso ficou claro: que fechou por maldade. Depois começou a bater boca com a pessoa lá dentro, que ela não podia fazer isso e tal. Então, eu queria, no meu requerimento aqui hoje, solicitar que a Câmara Municipal, através do seu Presidente, se retratasse, mandasse uma correspondência pedindo desculpa a essa pessoa. Eu entendo que filmar



aqui dentro sem uma autorização não é possível, sem uma autorização. Agora, o ato dos funcionários que fizeram lá é maldoso, deixou a pessoa de forma vexatória lá dentro. Imagina a gente chegar em algum lugar e fecharem o portão lá e deixar a pessoa presa lá dentro? Eu acho que foi extremamente desagradável e o meu requerimento é no sentido de que a Câmara, através da Presidência, que encaminhe para a residência dessa senhora Alcione... Não, eu anotei... Mas é porque eu errei, o nome não é Alcione, é a irmã dela. Que encaminhe... Não, é isso mesmo, é Alcione Gama Clemente, que está aqui presente, inclusive, na Rua Antônio Manoel, 112, encaminhe um pedido de retratação pedindo desculpas pelo ato. Esse é o meu requerimento, Senhora Presidenta”. A Senhora Presidente Maria Ângela Dias Lima Pereira: “em discussão o requerimento. Eu gostaria de manifestar também meu apoio ao seu requerimento, vereador Silvânio Aguiar, uma vez que eu conheço a Alcione, foi minha aluna e tenho certeza que foi um desrespeito a você. Então, eu concordo com o vereador Silvânio Aguiar que a Presidência da Casa encaminhe a Vossa Excelência desculpas pelo ocorrido aqui dentro da Casa. Eu concordo...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhora Presidenta, só para completar o meu ato, eu não... Não, de maneira nenhuma esse meu manifesto diz respeito assim, não é um... Não tem nada a ver com a obra, não tem nada a ver com o Presidente, é o ato dos funcionários que nem da Câmara são, porque eu percebi que são funcionários da empresa terceirizada aqui. Então, talvez fosse o caso de o Presidente chamar essa empresa e orientá-los. Olha, não pode filmar não, tudo bem, não tem problema, mas orienta a pessoa, não faz daquela forma. Se eu não tivesse visto esse vídeo, eu ia falar que estavam falando mentira comigo porque foi como se fosse uma arapuca, a pessoa entra, você joga o milho lá dentro, o passarinho entra e eles puxam o cordãozinho; não é assim? Arapuca é assim. Gilson que tem o mesmo passado que eu, de roça assim, ele



sabe disso, arapuca é assim, o bicho entra lá dentro e tum, aí foi o que aconteceu. Ela entrou de costas, a hora que ela viu, eles já estavam fechando o portão e ficaram lá fora, um olhando para o outro assim, com cara de paisagem, deixou a menina presa lá dentro. Eu não acho que isso é certo, eu acho que a Câmara tem que se manifestar com relação a isso, nós não podemos tratar o cidadão de Nova Lima, de forma nenhuma, desse jeito”. A Senhora Presidente: “em votação o requerimento do vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Leci Alves Campos: “Presidenta, eu gostaria de fazer um comentário também. Alcione, não é? Minha prima, não é, Alcione? E, realmente, é muito chato isso que aconteceu. A gente entende que a Casa é do povo, as pessoas têm que ter acesso; agora, a questão da filmagem, o senhor mesmo explicou que talvez tivesse uma autorização, mas conversasse com a cidadã, esclarecesse o caso de uma forma mais educada, não é? E mais carinhosa com essa pessoa. E eu, particularmente, até essa questão da obra, não é? Não é nem momento de se falar isso, mas eu às vezes me assusto com alguns assuntos sobre esta obra. Um jornal colocou alguns dias atrás que eu era a favor da obra. Eu não sou a favor da obra, eu acho que não é o momento para isso. A questão, igual a vereadora Ângela conversou comigo, é a questão do momento, é questão do tempo de investimento e não na questão da necessidade. Eu acho que têm que adequar as duas coisas: a necessidade com o momento oportuno. O que pegou aqui é a questão do momento oportuno”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, o senhor me concede um aparte?”. O vereador Leci Alves Campos: “pois não”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “com relação... Começou mesmo. Com relação à questão da obra, reiteradas vezes eu já fiz manifesto aqui. Hoje eu fiz uma conta lá no meu gabinete. A gente sabe que a prefeitura está numa dificuldade muito grande e eu tenho tido críticas reiteradas com relação à questão do passe estudantil, por exemplo,



que a prefeitura não está, de certa forma, repassando na medida que precisa. Eu dividi, se a gente gastar na obra aqui só quatrocentos mil reais, só porque quatrocentos mil reais é muito dinheiro. Mas se se gastasse alguma coisa perto de quatrocentos mil reais com a reforma do telhado, com o elevador que a gente entende que precisa de ter acessibilidade para as pessoas, ainda sobraria, vereador Leci, um milhão e quatrocentos. Eu dividi isso por duzentos e dez reais que é o valor que um aluno gasta para sair de Nova Lima e ir estudar em Belo Horizonte, você chega ao número de mais de setecentos e quarenta, aliás, exatamente setecentos e quarenta e um alunos que poderiam ser beneficiados com esse um milhão e seiscentos que sobrariam dessa obra, se fosse o caso, se fosse dessa forma, não é? Eu estou citando um exemplo apenas aqui, são setecentos e quarenta e um alunos no ano, não é só no mês não, no ano. Pode fazer a conta que vocês vão chegar a esse número, num ano dá para beneficiar setecentos e quarenta e um alunos, saindo de Nova Lima e indo para Belo Horizonte. Então, eu penso que, assim como em algum momento, a Câmara fez a reforma do hospital pediátrico aqui no Nossa Senhora de Lourdes, eu penso que a Câmara pode também, se for o caso, contribuir com a administração municipal nesse momento tão difícil. Agora, eu estou virando figurinha batida para falar desse assunto porque no meu gabinete, por exemplo, eu não tenho mais memória nenhuma das coisas que eu fiz no passado; tudo o que estava lá coloquei num saco e deixei para chegar lá em baixo e arrumar, eles pegaram esse saco com os meus documentos todos e jogaram fora. A vereadora Ângela está numa sala que não tem janela, aliás, ela se recusou a ir para lá. Então, eu penso que eu, o senhor, o vereador Fausto Niquini, nós fomos sim muito prejudicados com essa transição de espaço da Câmara aqui. Eu sei que o assunto não era esse, mas o senhor me deu essa oportunidade e, é lógico e evidente, eu vi o seu gabinete, por exemplo, não tem



privacidade nenhuma”. O vereador Leci Alves Campos: “é só...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhora Presidente”. O vereador Leci Alves Campos: “é que eu te passei o aparte, você me devolve o aparte. Silvânio...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu falei mais que o senhor, me perdoe”. O vereador Leci Alves Campos: “o espaço que eu estou ocupando não couberam nem os móveis que eram disponibilizados para o último andar que funcionava o meu gabinete. Então, a gente fez a adaptação, é claro, não é? Com criatividade você consegue ajeitar as coisas, mas eu não vou poder atender no gabinete por questão de privacidade. Então, os agendamentos todos estão sendo feitos e eu estou atendendo em outra sala, não é? Quer dizer, minha sala virou um operacional de gabinete, não o gabinete do vereador”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Presidente”. O vereador Fausto Niquini: “me dá um aparte?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem”. O vereador Fausto Niquini: “é outro assunto, vereador Gilson?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “não, o mesmo assunto. Questão de ordem”. A Senhora Presidente Maria Ângela Dias Lima Pereira: “com a palavra o vereador Gilson”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu queria, vereador, com todo o respeito ao seu requerimento, me abster do voto. Quero me abster do voto porque entendo que houve erro das duas partes, lógico que o erro da Câmara não se compara ao erro da cidadã. Isso mostra o despreparo dos tais seguranças que o Presidente desta Casa diz ter contratado para melhor segurança dessa Casa, deveriam ser treinados e educados a respeitar o cidadão, assim não teria acontecido isso. Mas sou do princípio de que um erro não corrige o outro. Então, eu acho que houve erro das duas partes, portanto me abstenho do seu voto. Com relação à reforma da Casa, eu não quero me manifestar hoje, vou me manifestar no momento oportuno, em respeito à ausência do Presidente. Muito obrigado”. O vereador





Fausto Niquini: “senhor vereador, o senhor me dá um aparte? Eu gostaria...”. A Senhora Presidente: “a palavra está com...”. O vereador Fausto Niquini: “Senhora Presidente, questão de ordem”. A Senhora Presidente Maria Ângela Dias Lima Pereira: “com a palavra o vereador Fausto Niquini”. O vereador Fausto Niquini: “eu...”. A Senhora Presidente Maria Ângela Dias Lima Pereira: “ah, não tem quórum”. O vereador Flávio de Almeida: “acabou o quórum”. A Senhora Presidente Maria Ângela Dias Lima Pereira: “infelizmente, nós vamos encerrar a reunião por falta de quórum”. O vereador Fausto Niquini: “eu me solidarizo com a Alcione; viu, Alcione? Porque, para mim, respeito é a base de uma sociedade sólida. Então, eu concordo com o seu requerimento”.

---